



# O SÃO PAULO



SEMANÁRIO DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO  
Ano 59 | Edição 3006 | 10 a 16 de junho de 2014

www.arquidiocesedesaopaulo.org.br

R\$ 1,50

## Pela paz, Papa reza com presidentes de Israel e da Palestina

Em mais de duas horas de proximidade, meditação e oração, o papa Francisco recebeu no domingo, 8, no Vaticano, os presidentes de Israel, Shimon Peres, e da Palestina, Mahmoud Abbas, para um encontro histó-

rico, também acompanhado pelo patriarca ecumênico ortodoxo, Bartolomeu I. Eles agradeceram pelo dom da criação, pediram perdão pelos pecados e rezaram pela paz no Oriente Médio e em todo o mundo. "Precisa-

mos de coragem para dizer sim ao encontro e não ao confronto; sim ao diálogo e não à violência; sim ao negociado e não às hostilidades; sim ao respeito dos pactos e não às provocações; sim à sinceridade e não à du-

plicidade. Para tudo isso, precisamos de coragem", declarou Francisco, no encontro em que os quatro líderes plantaram juntos um pé de oliveira, árvore-símbolo da paz.

Páginas 9 e 10

L'Osservatore Romano



### 'Estamos em greve': às vésperas do Mundial da Fifa trabalhadores param o País

Elas acontecem no âmbito federal, estadual e municipal, vão desde a segurança pública até a saúde, passando pela educação e pelos transportes. A onda de

greves toma conta do País e mostra o direito legítimo do trabalhador de lutar por melhorias e dignidade.

Página 12

### Na sexta-feira, Igreja celebra Santo Antônio

Página 15

### A Copa do Mundo não empolga como antes

Página 17

### Sequestro na Nigéria dura quase dois meses

Página 13

### Cardeal é confirmado como membro da Congregação para o Clero

Luciney Martins/O SÃO PAULO



O papa Francisco confirmou na segunda-feira, 9, o cardeal Scherer como membro da Congregação para o Clero do Vaticano, pelos próximos cinco anos. Dom Odilo segue com suas atividades na Arquidiocese. No domingo, 8, presidiu a solenidade de Pentecostes na Catedral da Sé (foto), e na segunda-feira, a missa solene na Comunidade São José de Anchieta, na Região Belém, na data dedicada ao santo.

Páginas 3 e 24

De 3 a 5, dom Odilo Scherer presidiu a 77ª Assembleia dos Bispos do Regional Sul 1 da CNBB, que tratou da "Alegria do Evangelho: Desafios e propostas para a Evangelização".

Página 11

# ‘Evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo’

Os bispos do Regional Sul 1, na 77ª Assembleia, refletiram sobre “Alegria do Evangelho: Desafios e propostas para a Evangelização”

REDAÇÃO COM REGIONAL SUL 1 DA CNBB

A 77ª Assembleia dos Bispos da CNBB Regional Sul 1, no Hotel Rainha do Brasil, em Aparecida (SP), começou na terça-feira, 3, com missa na Capela Nossa Senhora da Esperança, presidida pelo cardeal dom Odilo Pedro Scherer, presidente do Regional. Os bispos refletiram o tema “Alegria do Evangelho: Desafios e propostas para a Evangelização”, tendo como fonte a exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, do papa Francisco. A Assembleia terminou na quinta-feira, 5.

“Que essa exortação não passe despercebida pelos bispos e que estes se empenhem em estudá-la com o Clero, religiosos e leigos nas dioceses”, orientou dom Odilo na introdução da As-



Evangelii Gaudium é refletida em Aparecida (SP), durante a 77ª Assembleia do Regional Sul 1 da CNBB, de 3 a 5

sembleia, que reúne mais de 120 participantes, entre arcebispos, bispos, padres e representantes dos organismos ligados ao Regional.

No segundo dia de atividades no Auditório do Centro de reuniões Santo Afonso, o secretário do Regional, dom Tarcísio Scaramussa apresentou a pauta que contou com a apresentação das Comissões. Dom Edmar Peron,

bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo na Região Episcopal Belém apresentou uma síntese do 2º Capítulo da exortação apostólica *Evangelii Gaudium*.

Dom Edmar enfatizou, entre outras coisas que, no que se refere à evangelização na cultura urbana é preciso ter um olhar contemplativo, de fé para: reconhecer que a plenitude da humanidade e da história se realiza numa cidade

(Ap 21,2-4); descobrir que Deus habita nas suas casas, nas suas ruas, nas suas praças; imaginar espaços de oração e de comunhão com características inovadoras, mais atraentes e significativas para as populações urbanas.

Alex Villas Boas, leigo e teólogo, foi o responsável pelo quarto painel. Ele enfatizou que para que aconteça o discernimento da cultura é necessário cruzar

as fronteiras que nos separam do outro e cruzar as fronteiras que separam o outro de Deus. “Evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo. Por isso, é preciso alargar as consciências para perceber que o amor de Deus reina no mundo”, afirmou o teólogo.

O relatório final foi apresentado por dom Julio Endi Akamine, bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo na Região Episcopal Lapa. O Bispo dividiu a apresentação em duas partes: o que quer o papa e o que querem os bispos. “Conhecer, estudar, divulgar a exortação apostólica: essas providências ajudam a evitar manipulação e instrumentalização do ‘fenômeno Francisco’ e, sobretudo, contribui para que os fiéis sejam protagonistas da evangelização realizada com a força da alegria”, disse, no início da sua exposição.

Os relatórios das Comissões Episcopais para o Ecumenismo e Diálogo Religioso; Ação Missionária e Cooperação Intereclesial; Para o Ministério Ordenado e a Vida Consagrada; Para a Cultura, Educação e Comunicação; Para o Laicato, Vida e Família; Para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e para a Bíblia e a Catequese foram apresentados com intensa participação de todos.



“Não devemos nos iludir com a revogação da portaria 415 por parte do Governo Federal”, afirma Dr. Ives Gandra Martins

## União dos Juristas Católicos de São Paulo adverte: ‘Teremos surpresas após as eleições’

PADRE MICHELINO ROBERTO  
REPORTAGEM NA ZONA OESTE

A União dos Juristas Católicos de São Paulo (UJUCASP) prevê que após as eleições, na eventualidade da reeleição da presidente Dilma Rousseff, os brasileiros serão surpreendidos com uma nova portaria do Ministério da Saúde regulamentando o aborto nos hospitais conveniados com o SUS.

A advertência foi realizada durante a reunião ordinária da entida-

de, que ocorreu na manhã de segunda-feira, 9.

Segundo o Dr. Ives Gandra Martins, presidente da entidade católica que atualmente reúne 80 sócios entre desembargadores, juizes e advogados, “não devemos nos iludir com a revogação da portaria 415 por parte do Governo Federal, que pressionado pela má repercussão política da medida, atuou em modo de evitar desgaste político eleitoral”.

Existem atualmente em trâmite no Congresso Legislativo cerca de

seis diferentes projetos de lei que visam regulamentar a matéria do aborto no Brasil. Em parte, o efeito político negativo se deu porque a Portaria 415 do Ministério da Saúde foi baixada a revelia do debate que ocorre no Legislativo. “Na eventualidade de ser veiculada nova portaria após as eleições, os projetos em tramitação no Congresso Nacional simplesmente perderão relevância em face do fato consumado, sem passar pelo necessário debate público”, explicou o jurista.

## Escolas e hospitais católicos correm risco de extermínio

DA REPORTAGEM

Outro tema que foi levantado durante o encontro foi os efeitos do Decreto 8.242, da presidente Dilma Rousseff, sobre as escolas, universidades, hospitais e demais instituições privadas não lucrativas, e que, pelo seu caráter assistencial, gozam do direito constitucional de imunidade de taxas e impostos, tais como IPTU, IPI, ICMS e Imposto de Renda.

Segundo os juristas, o decreto presidencial dificulta a aplicação destes direitos constitucionais, colocando em risco a existência dessas instituições que, sem essas imunidades tributárias, não conseguem sobreviver. O resultado final é o prejuízo do bem-estar social da população carente, maior beneficiária dos serviços prestados por essas instituições que atuam, sobretudo, nos setores da educação e da saúde.

Segundo o Dr. Sergio

Arcury, ex-presidente da Ação Paulista de Estabelecimentos de Ensino Médio, cerca de 6 mil instituições de ensino tiveram que fechar as suas portas, nos últimos anos, em todo o Brasil.

Além disso, quase todas as Santas Casas atualmente sobrevivem subsidiadas pelos Governos Estaduais, já que o Governo Federal há 19 anos não atualiza os valores pagos pelo SUS pelos procedimentos realizados nos hospitais conveniados. Significa dizer que as Santas Casas de Misericórdia recebem hoje, por qualquer cirurgia que realizam, o mesmo valor que recebiam há duas décadas.

Na visão dos juristas, O decreto 8.242 também atenta contra a democracia, já que substitui o Congresso Nacional na edição de lei complementar para definir os limites do gozo das imunidades tributárias. (MR)